

# Como se vive no país dos 1.000%

**Apesar da inflação, tudo funciona. Mas crescem as pressões para um novo choque**

**MARIA APARECIDA DAMASCO**

Os empresários ganham dinheiro e até desengavetam planos de expansão. Os trabalhadores recebem mais ofertas de emprego e, mal ou bem, seus salários conseguem acompanhar a corrida dos preços. No fantástico país da inflação de 1.000% ao ano, tudo funciona razoavelmente, contrariando os manuais empilhados nas bibliotecas de economistas das mais variadas correntes. Nos círculos políticos, entretanto, já se manifesta uma certa inquietação diante desse quadro desconcer-

tante e, em consequência, crescem as pressões para a adoção de um novo choque.

Uma inflação de 1.000% ao ano — que corresponde a acumular uma taxa de 22% por 12 meses a fio —, evidentemente, não pode ser desconsiderada. “O mundo não acaba com 20%, 30% e nem com 100% ao mês, mas a economia fica cada vez mais desorganizada e menos eficiente”, adverte o economista Joaquim Elói Cirne de Toledo, da USP. É só trocar em miúdos o que esses 1.000% representam, na prática, para se entender o significado do processo em marcha no Brasil. Trata-se de uma remarcação de preços da ordem de 0,7% ao dia ou 1% ao dia útil — quando se leva em conta, que, nos domingos e feriados, ficam de folga os computadores do CIP e das indústrias assim como as eti-

quetadoras de lojas e supermercados.

Se a inflação continuar nesse ritmo, o dinheiro perderá mais de 90% do seu valor, ao final de um ano. Os Cz\$ 20 milhões hoje suficientes para comprar um apartamento de dois dormitórios nos bairros nobres de São Paulo, em setembro de 1989 provavelmente não darão sequer para adquirir um Fiat Prêmio zero quilômetro. E o dinheiro que uma dona-de-casa gasta atualmente no açougue, para trazer 1 kg de filé-mignon, continuará pagar apenas um quibe, no botequim da esquina (ver a tabela).

## **CURTO PRAZO**

A economia brasileira, porém, já encontrou um “jeitinho” para conviver com essa inflação: a indexação. A otenização ou dolarização dos preços já

é generalizada. Vai da contabilidade das empresas ao cardápio de alguns restaurantes. Além disso, ninguém estica o olhar para além de três meses. Bancos, indústrias e consumidores vivem no curtíssimo prazo.

“Nas empresas, a tendência é o planejamento por trimestre, com revisões mensais e, se necessário, até semanais”, testemunha Horácio D’Abramo, diretor administrativo-financeiro da Securit e integrante do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF). Além disso, empresários e executivos preferem passar ao largo de indicadores muito globais de desempenho da economia. Na nova linha de planejamento econômico-financeiro, o que conta é o maior detalhamento possível da área de atuação da empresa.

É verdade que ninguém pode garantir que essa situação não irá desandar. “O que indica a hiperinflação, muito mais do que o próprio índice de aumento dos preços, é a sua variação”, afirma o economista Toledo. No Brasil, as taxas mensais estão encarrapitadas na faixa dos 20% desde abril deste ano, embora muitos apostassem que de 20% para 30%, 50% e até mais, seria apenas um passo.

Combater a inflação com medidas heróicas, contudo, pode apenas apressar esse desfecho, em vez de evitá-lo. Basta ver o que aconteceu em outros países que viveram a experiência da hiperinflação. Na Alemanha de 1923, por exemplo, o controle dos preços custou a demissão de 700 mil funcionários públicos. Na Bolívia de 1984-85, que conviveu com uma taxa anual-

izada de 116.000%, a política também foi de terra arrasada. Israel conseguiu vencer a guerra à inflação de 1.000% anuais sem grandes vítimas. Mas o pacto social que lá funcionou aqui ainda não conseguiu emplacar.

Todo mundo sabe que o governo não pode ficar impassível diante do rápido avanço da inflação. E agir, nesse caso, implica algum tipo de quebra da indexação. “Não há controle da inflação sem dor”, reconhece o empresário Horácio Cherkassky, diretor da Klabin. Mas todo mundo sabe também que o governo não tem credibilidade para levar adiante qualquer programa mais consistente de controle da inflação.

Colaboraram Aldo Renato Soares,  
Fernando Pesciotta e João Borges